

Congresso aprova nova regra fiscal e põe fim a teto de gastos

Governo enviará projeto de lei para taxar fundos offshore

Acordo destrava votação de texto que trata do mínimo e da correção da tabela do IR



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que anunciou acordo

Victoria Azevedo e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Em meio a resistência de líderes da Câmara dos Deputados, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai abrir mão da tributação de fundos em paraísos fiscais (offshores) na MP (medida provisória) que trata do salário mínimo e da correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

O tema será retomado em um projeto de lei com urgência constitucional (trancando a pauta da Casa em 45 dias), a ser enviado pelo Executivo. Já a renúncia fiscal com a

atualização da tabela do IRPF será compensada por uma outra MP que tratará da tributação dos fundos exclusivos, voltados à alta renda (os chamados super-ricos).

O acordo foi anunciado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça-feira (22) e confirmado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, que atua como ministro em exercício durante a viagem de Fernando Haddad à África do Sul.

"Houve acordo para que nós votássemos a MP do salário mínimo e houvesse uma alteração no texto para retirar

da parte que trata dos offshores, com o compromisso do governo em mandar nova MP dos fundos offshore e dos fundos de capital privado, exclusivos, e um projeto de lei tratando dos fundos offshores", afirmou Lira.

"Para que a gente, em duas ou três semanas, possa dar o mesmo tom, o mesmo tratamento, o mesmo ritmo para esses fundos, que devem ter a sua taxação, de maneira programada, organizada, para que a gente não tenha corréio de base como existiu em outros partidos da América Latina", completou. Lira afirmou ainda que nem

de nem líderes partidários são contra "taxar qualquer fundo que seja", mas disse que o país "precisa de planejamento".

Durigan, que se reuniu com Lira e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a saída foi construída com base no diálogo com o Legislativo.

"O debate hoje foi muito construtivo, tanto do ponto de vista dos outros ministros do governo quanto do ponto de vista do Congresso, para que a gente chegasse a um meio termo. O Congresso não conseguiu alcançar tratar da regulamentação das offshores, então offshores vão pa-

ra um projeto de lei para que essa agenda, que é importante para a Fazenda, siga sendo objeto de discussão no Congresso", afirmou.

A decisão ocorre em meio a um impasse entre Executivo e Câmara dos Deputados após a inclusão do texto de uma MP sobre a tributação das offshores, medida para taxar recursos mantidos em paraísos fiscais, em outra medida que trata do salário mínimo.

Como mostrou a Folha, a tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Líderes da Casa já planejavam tirar essa taxação do texto, impondo um revés ao governo Lula.

A exclusão da medida, porém, poderia gerar um problema na sanção da correção da tabela do IRPF. Lula teria de vetar a medida, que foi uma promessa de campanha, ou precisaria encontrar outra fonte de compensação, a ser lançada no momento da sanção da nova lei.

Por isso, segundo Durigan, a tributação dos fundos exclusivos será editada via MP, que tem vigência imediata. O texto deve trazer um dispositivo que incentiva os detentores desses recursos a atualizar o patrimônio dos fundos recolhendo uma alíquota reduzida, de 10%, sobre os rendimentos obtidos nos últimos anos.

A inclusão desse trecho servirá, para efeitos legais, como compensação, embora a alíquota final dependa do texto final. A expectativa é arrecadar cerca de R\$ 2 bilhões. "É importante dizer, [o percentual está] aberto a negociação tanto com o setor privado quanto com o Congresso", afirmou Durigan.

Hoje, esses fundos não sofrem incidência do chamado "come-cotas", isto é, tributação semestral sobre o valor dos rendimentos obtidos. O pagamento é feito apenas no resgate dos recursos, o que permite adiar indefinidamente o momento da cobrança. A antecipação de parte das receitas, por sua vez, deve re-

duzir o potencial de arrecadação com essa medida em 2024. O governo espera incluir cerca de R\$ 16 bilhões no Orçamento do ano que vem com a tributação de fundos exclusivos, valor que cairá a pouco mais de R\$ 7 bilhões, disse Durigan.

A tributação das offshores tramita atualmente no Congresso em uma MP que tem validade até 27 de agosto, como compensação à renúncia fiscal gerada pela correção da tabela do IRPF.

Nesta terça, Lira afirmou que "não existe crise" com o governo federal, mas reforçou que não há acordo com o Senado Federal sobre a instalação de comissões mistas e que o Executivo havia se comprometido a enviar projetos de lei com urgência constitucional junto com medidas provisórias, o que não aconteceu.

"Nós precisamos arrumar as nossas contas e estamos fazendo um esforço tremendo ajudando o ministro Haddad e a sua equipe para que cumpram as metas do arcabouço fiscal. Não existe crise", disse Lira.

"O que existiu é que não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição que houve de uma MP para outra, quando isso não foi discutido nem com o presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco, nem com o presidente Arthur nem com nenhum líder partidário da Câmara. Não é possível fazer dessa maneira", completou o presidente da Câmara.

Mais cedo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que os textos da MP e do PL ainda não foram fechados, mas que eles deverão abordar outras medidas tributárias.

Segundo o parlamentar, o governo está agindo para "construir um entendimento" até quarta-feira (23), na tentativa de votar as medidas provisórias no plenário.

Tudo tem que ser feito com o máximo de segurança jurídica. Estamos pacificando a Casa e o governo para votar essas três grandes matérias até amanhã", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 14